

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade
de Educação
Uberlândia – MG

Adriana Cristina Omena dos Santos

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade
de Educação
Uberlândia – MG

RESUMO: A proposta deste artigo é lançar questões para o debate sobre a relação estabelecida entre trabalho e educação e a omnilateralidade como desafio ao enfrentamento de uma educação a serviço do capital. Construído a partir de um estudo bibliográfico, parte do pressuposto de que os determinantes hegemônicos nos projetos educacionais tem desafiado a constituição de uma educação superior à serviço do bem comum. As análises indicam que, considerando o momento de transição no ensino superior brasileiro, é na tensão dos projetos em disputa que as lutas sociais devem se travar em busca da consolidação de um projeto educacional pautado no empoderamento social e na conformação de uma nova ordem socioeconômica.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO; CAPITAL; TRABALHO; OMNILATERALIDADE.

ABSTRACT: The proposal of this article is to raise questions for the discussion about the established relation between work and education and the omnilaterality as a challenge to the confrontation of an education in the service of capital. Constructed from a bibliographical study, it assumes that the hegemonic determinants in educational projects have challenged the constitution of a higher education in the service of the common good. The analysis indicates that, considering the moment of transition in Brazilian higher education, it is in the tension of the projects in dispute that the social struggles must be stopped in search of the consolidation of an educational project based on social empowerment and the conformation of a new socioeconomic order.

KEYWORDS: EDUCATION; CAPITAL; WORK; OMNILATERALITY.

1 | INTRODUÇÃO

Reiterar a relação estabelecida entre o trabalho e a educação e a possibilidade de fortalecer uma via de enfrentamento às ofensivas do atual modelo de desenvolvimento político-econômico constitui-se o desafio deste artigo. Diante da exacerbação das contradições inerentes ao sistema sociometabólico do capital financeiro, entende-se ser necessária a criação

de alternativas sustentáveis ao fortalecimento e à manutenção do trabalho enquanto ato histórico que humaniza o homem e não na perspectiva inversa construída pelas classes dominantes ao longo dos anos que implica uma ordem inversa, ou seja, o homem se desumanizando por meio do trabalho. É contra esta inversão que provoca níveis de vulnerabilidade das classes trabalhadoras cada vez mais alarmantes que projetos de uma nova ordem socioeconômica devem ser construídos. Nestes projetos que envolvem a condição material de existência das classes sociais está presente a dimensão educativa.

A educação está diretamente condicionada às transformações materiais da sociedade e relaciona-se com os demais projetos sociometabólicos na medida em que pode ser um instrumento que fortaleça os projetos emancipatórios ou, de outro lado, de reafirmação das contradições em curso, especialmente quando ela se torna uma mercadoria a serviço do capital. Sendo assim, ocorre uma disputa na arena política em torno da construção dos projetos educacionais onde o conflito entre os interesses das distintas classes sociais são confrontados tendo como centro mediador o Estado. Nesta perspectiva, os projetos construídos pelos distintos governos determinam a frente de desenvolvimento que, costumeiramente, é diretamente subordinada aos interesses hegemônicos na sociedade.

Sendo assim, uma análise crítica sobre a configuração dos projetos em curso para ensino superior brasileiro – sublinha-se Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - requer um entendimento mais abrangente sobre o significado da busca pela formação humana e não apenas no âmbito da qualificação profissional da população. Isto significa colocar a educação, em especial a profissionalizante, em um patamar que a insira dentro de uma complexificação das relações sociais, políticas e econômicas como um todo, e não apenas em um sentido restrito de qualificação profissional para o mercado de trabalho.

A educação é, portanto, uma dimensão da vida humana permeada por múltiplos aspectos que não se restringem às instituições formais de ensino, mas também pelas diversas relações estabelecidas pelo homem em sociedade. Parte-se do pressuposto neste estudo que o processo em curso desde os anos 2000 de uma nova etapa de expansão do ensino superior brasileiro tem demonstrado que o acesso a este nível de ensino não significa, necessariamente, uma democratização da educação superior nem a garantia da oferta de uma escolarização de qualidade, tanto no que se refere a uma formação profissional quanto humana.

Entre os anos 2005 e 2015, houve um aumento de 73,6% na taxa de matrículas nas instituições de ensino superior no Brasil (BRASIL, 2016). Contudo, uma análise crítica do processo não deve considerar apenas a dimensão da universalização do acesso, mas sim considerar os demais determinantes que são imprescindíveis à democratização do nível de ensino em análise. Os projetos desenvolvidos no governo

Lula e aprofundados durante os governos Dilma seguem a lógica iniciada ainda nos anos 1990 segundo a lógica neoliberal optada pelo governo Fernando Henrique. Dados do Censo do Ensino Superior referentes ao ano de 2015 (BRASIL, 2016) apontam que 74% das matrículas registradas neste nível de ensino se concentram nas instituições privadas, dado este que nos leva a questionar o modelo de expansão adotado.

Como é no contexto do modo capitalista de produção que se faz a análise proposta, não se pode perder de vista as contradições inerentes a este processo de expansão do nível de ensino superior no Brasil. O contexto, portanto, é da apropriação de um direito social garantido constitucionalmente que está sendo revertido enquanto moeda de troca pelo capital, num claro processo de reificação no processo da formação educativa (TREVISAN, 2011). Tendo por premissa que a educação se constitui em um dos lugares estratégicos para a superação do modelo socioeconômico em curso do capital, pressupõe-se que sua reforma e aprimoramento em busca de uma formação omnilateral do homem é condição básica para a construção de uma sociedade alicerçada na justiça social. Contudo, a ambiguidade do processo em curso no ensino superior brasileiro emerge a educação no processo contraditório pautado entre a teoria do capital humano de um lado e a teoria da emancipação humana de outro (SEVERINO, 2008) o que cria obstáculos a um novo projeto educacional.

Neste contexto, o trabalho que ora apresentamos tem por objetivo analisar a relação estabelecida entre trabalho e educação e a omnilateralidade como desafio ao enfrentamento de uma educação a serviço do capital. Desenvolvido a partir de uma análise bibliográfica, este artigo busca lançar questões para serem pensadas sobre o contexto de expansão do ensino superior brasileiro e para o questionamento sobre quais objetivos a educação ofertada tem servido, se a um atendimento ao capital e ao mercado ou com vistas à oferta de uma educação pautada no empoderamento social e político da população em geral com vistas ao fortalecimento da dimensão do trabalho enquanto ato histórico que humaniza o homem. Imersa a um contexto de crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2011) torna-se urgente e necessária a conformação de uma nova ordem sociometabólica de enfrentamento às contradições em curso na sociedade e, na construção deste novo projeto, a educação é parte inerente ao processo emancipatório.

2 | A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DA RELAÇÃO COM O TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO

A disputa de projetos em torno de uma concepção de expansão da qualificação profissional da população coloca em evidência uma possibilidade de retomada de si da classe trabalhadora que, por intermédio do acesso qualificado à educação, poderá servir de instrumento que *contribua* (grifos nossos) para a construção de uma nova ordem social. Assim, a relação entre educação e trabalho é ponto fundamental ao

analisarmos os projetos em disputa no processo de expansão do ensino superior brasileiro e conseqüentemente, de uma nova ordem social a ser construída. Reverter a educação à serviço da real mudança das condições materiais de reprodução produtiva e socioeconômica da classe trabalhadora, retomando sua essência à formação integral da vida em coletividade, é o desafio que se coloca diante do trato o qual a educação na atualidade se encontra submetida aos ditames do capital.

Insta ressaltar que a observação supracitada não significa que a educação, por si só, é responsável por uma superação da ordem posta. Postula-se, apenas, que ela é parte constitutiva da busca pela formação de uma nova conformação social. Sabendo que é a mudança no âmbito das condições materiais de reprodução social da produção (MARX & ENGELS, 2006) o caminho basilar da superação da alienação da vida do homem, a busca pelo fortalecimento de uma educação alicerçada na formação da totalidade da sua vida que o proporcione condições dignas de reprodução social, econômica e cultural deve se constituir em um dos instrumentos necessários à emancipação do homem. Assim, a educação deverá ser uma dimensão da totalidade a qual uma nova ordem deve ser construída e, aliada às demais dimensões da vida coletiva, fazer emergir um projeto emancipador em contraposição à conjectura atual.

Maspero (1992) compreende que o sentido ideológico da educação para o modo de produção capitalista é de suma importância não apenas para a qualificação da força de trabalho, mas também de uma adequação das formas de pensar e ser da sociedade que cada vez mais dê bases para a dominação do sistema posto. O autor sinaliza que

O sistema de ensino é entendido assim como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos ao sistema – única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: *reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo* (MASPERO, 1992, p. 06) *Grifos nossos.*

Inserir a educação em uma perspectiva de análise mais abrangente dos direcionamentos da sociedade nos leva a entendê-la engendrada em uma dinâmica em que determinantes políticos, econômicos e culturais são fundamentais em seus encaminhamentos. Por isso, uma mudança apenas no âmbito educacional não seria suficiente para construir uma nova sociedade e nem tampouco para uma formação de um novo homem. São também as mudanças materiais de todos os determinantes das relações sociais humanas, em especial as relações dos modos de produção da sua existência, que devem ser alteradas para que tal mudança seja possível.

Desta forma, concordamos com Marx & Engels (2006, p. 04) quando os autores afirmam que aquilo que e os homens são “coincide, portanto, com a sua produção, com o *que* produzem e também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”. O pressuposto é o da centralidade da análise do modo de produção para a compreensão do homem e das relações sociais estabelecidas coletivamente, uma vez que são estas formas

de reprodução que interferem nos direcionamentos dados aos determinantes da vida social, inclusive aos projetos educacionais em curso.

Como em Marx & Engels o trabalho é a condição primeira para o homem ser considerado homem, diferindo-se do animal, não há como compreender todas as relações que estabelece em sua vida sem perpassar sua forma de reproduzir materialmente sua própria existência. Assim, a forma de reprodução das condições materiais da sociedade, onde o trabalho constitui-se central, é fator determinante das construções sociais das políticas públicas que atingem a vida humana, como a educação, em análise neste trabalho. Não há como desvincular os sistemas educativos do pressuposto do trabalho, já que aqueles são determinantes fundamentais da condição humana.

As sociedades são caracterizadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas em curso. São estas condições materiais da sua existência que implicam seus níveis de coesão ou de alienação entre as diferentes classes sociais, que definem seus modos de vida e suas concepções de mundo. Para Marx & Engels (2006) são estas condições materiais da vida que determinam a consciência do homem, são as condições reais de existência as bases às quais está alicerçado o modo de ser das classes sociais e não o inverso, ou seja, a consciência determinando as condições materiais.

Nesta perspectiva, fica bastante clara a importância da categoria historicidade para compreendermos os determinantes destas forças produtivas nas relações sociais e materiais constituídos em cada período analisado. Ter em mente esse movimento dinâmico e fluido é condição fundamental a uma análise representativa do processo de vida real dos homens. Cada período histórico traz consigo um modo de produzir, de pensar e de se relacionar socialmente que produz implicações diretas em todas as esferas da vida do homem, como a educação. Para Lombardi (2010, p. 231)

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídos pelos homens e particularmente consolidados nas mais diferentes formações sociais.

As transformações em curso na sociedade devem, então, partir das condições materiais de produção socioeconômica, que possibilite uma superação do trabalho alienado e estranhado que se estabelecem as bases de subsunção da classe trabalhadora. Entretanto, alertam Marx & Engels (2006, p. 21) que “(...) as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante”. Neste sentido, os interesses de uma classe determinam os caminhos estrategicamente traçados para a classe trabalhadora, estabelecem as condições de reprodução produtiva, econômica, cultural e política de toda a sociedade, assim como aliena até a visão de mundo que o homem tem de si.

Por isso, Marx (1871 apud MASPERO, 1992) alerta que

(...) somente a classe operária pode emancipar-se das tiranias dos padres, fazer da ciência instrumento não de dominação de classe, mas sim uma força popular; fazer dos próprios cientistas não alcoviteiros dos prejuízos de classe parasitas do Estado à espera de bons lugares e aliados do capital, mas sim agentes livres do espírito. A ciência só pode jogar seu verdadeiro papel na República do Trabalho.

Assim, pode-se afirmar que uma mudança na ordem social posta certamente não virá da classe dominante, pois não há interesse em estabelecer um novo patamar onde as relações sociais não sejam baseadas na exploração de uns por outros, onde o trabalho e o seu produto pertençam à coletividade, em sentido a uma emancipação humana. Há que se estabelecerem as bases materiais construídas pela classe trabalhadora com vistas à sua emancipação social, à retomada da essência do trabalho enquanto elemento fundante do homem e à construção de uma nova ordem social. A educação é também lugar de resistência e luta da classe trabalhadora em busca por esta emancipação social.

3 | A EDUCAÇÃO OMNILATERAL NO ENFRENTAMENTO À EDUCAÇÃO PARA O CAPITAL

Ultrapassar as barreiras da realidade posta constitui-se em um dos maiores desafios à mudança citada anteriormente. Isto porque estamos inseridos em um contexto de profunda crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) em que as forças produtivas, para se fortalecerem, provocam um ainda maior nível de destruição dos direitos sociais e das condições reais a uma saída sustentável econômica, social e politicamente. Estas barreiras acirram os níveis de exclusão e de vulnerabilidade das classes trabalhadoras e provocam uma explicitação da questão social que se consubstancia exatamente nas consequências que a apropriação privada do trabalho impacta sob as formas de sociabilidade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2013). Estas fronteiras estruturais se constituem em empecilhos à garantia do direito constitucional a uma educação que possibilite uma formação tanto humana quanto profissional da sociedade.

Neste contexto, podemos dizer que a explicitação da divisão social do trabalho provocou a segregação do conhecimento que passou a ser posse de uma classe em detrimento à outra. Maspero (1992) afirma que esta divisão e apropriação do conhecimento mutilam e limitam o desenvolvimento das faculdades criadoras do homem e provocam uma cisão ainda maior entre as classes sociais. Para o autor “o estado de classe está intimamente ligado ao ensino de classe” (MASPERO, 1992, p. 09). Desta forma, a separação entre o trabalho manual e o intelectual também condiciona o tipo de ensino direcionado a cada classe social, por isso faz-se necessário compreender o desenvolvimento dos aparatos educacionais em uma perspectiva mais ampliada e crítica no contexto das forças produtivas da sociedade.

Assim, entendemos que uma formação omnilateral do homem constitui-se em uma estratégia de potencial poder transformador que contribua para a construção crítico-emancipadora dos seres sociais e que possibilitará uma real mudança em suas formas de reprodução material e social no sentido do enfrentamento às ofensivas do modelo produtivo hegemônico. O conceito de omnilateralidade é trabalhado de forma a acrescentar às abordagens feitas por Marx & Engels sobre suas formas de compreender o lugar da educação na busca pela construção de uma nova sociedade. Para Saviani (1989) a educação omnilateral se contrapõe à unilateralidade da formação burguesa que se fundamenta na divisão social do trabalho que sustenta a separação da sociedade em classes sociais.

Em contrapartida, a omnilateralidade, aliada à politecnia, pressupõe a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual em uma busca por sua unidade indivisível e pela reapropriação de todo o ciclo do trabalho que fora privatizado pela ordem do capital. Esta forma de educação compreende que para a superação da ordem posta, é necessário um desenvolvimento multilateral do homem, desenvolvimento este que o proporcione acesso ao conhecimento de toda a prática produtiva, uma totalidade orgânica da sua formação (SAVIANI, 1989). Para este projeto de formação, a superação da propriedade privada constitui-se pressuposto fundamental, pois superará a oposição entre os possuidores e os não-possuidores dos meios de produção.

Embora não tenham sido utilizados em Marx & Engels, os termos supracitados têm como fundamento as orientações dos autores da necessária união entre trabalho manual e formação intelectual. Estes compreendiam que esta articulação constituiria a base da autonomia do operariado no processo de produção (LOMBARDI, 2010). O acesso ao saber, às ciências e às técnicas seria um caminho que construiria a autonomia do trabalhador no processo de retomada de todo o processo das forças produtivas e findaria com a divisão social do trabalho. Além disso, a busca pela construção de uma educação de resistência e revolucionária que não se limite às instituições escolares, mas que seja uma construção social em todas as esferas da sociabilidade da própria classe trabalhadora.

Conceber a educação enquanto uma prática social engendrada e inerente à lógica das perspectivas políticas, econômicas e sociais em curso na sociedade, a coloca em um lugar em que as contradições que permeiam tais relações podem criar ambiguidades quanto à sua natureza. Assim, é preciso ter um projeto de educação conivente com propostas emancipadoras e críticas, educação esta que não se restringe às instituições de ensino, mas também a outros espaços de formação do homem, como os movimentos sociais. Sobre este aspecto, Mészáros (2008) elabora uma crítica quanto ao tratamento da educação enquanto uma mercadoria a serviço da reprodução do sistema do capital em curso e da sua função de internalização dos preceitos ideológicos deste modo de produção.

Mészáros (2011) destaca que o sistema do capital encontra-se em uma crise latente que não tem solução, se não uma mudança estrutural no sistema socioeconômico que

nos levará a uma nova sociedade. Para o autor, o capital vive uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente que atinge a totalidade da vida social e que não abre horizontes para sua superação dentro do atual modelo político e econômico. É neste contexto de crise estrutural onde o autor afirma que o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições de uma ordem social metabólica radicalmente diferente, quanto a uma mudança na internalização dos valores dominantes postos em busca de uma nova ordem social (MÉSZÁROS, 2008).

A articulação entre os processos educacionais e os de reprodução da sociedade é uma condição a qual se pode afirmar que uma mudança apenas no nível educacional não seja suficiente sem uma necessária transformação das forças de reprodução material e social hegemônicas. Uma proposta educacional emancipatória que não se relacione a uma nova força produtiva seria limitada e insuficiente a uma nova ordem social. Assim, Mézszáros (2008, p. 27) afirma que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. É a contradição de se dizer reformista ou democrático um projeto que, em sua essência, serve fundamentalmente aos interesses do capital.

Os processos acima descritos situam a educação não apenas institucionalmente, mas a compreende enquanto uma prática social que é permeada por múltiplos determinantes da vida social. Entendê-la sob esta perspectiva é compreender seu dinamismo e fluidez, assim como sua influência fundamental em todos os aspectos da vida do homem. Interligá-la aos modos de reprodução material é ter em mente uma visão mais abrangente sobre o papel da educação na sociedade, o que possibilita a criação de uma alternativa sustentável à ordem social predominantemente imposta, o que Mézszáros (2008) chama de uma educação para além do capital, que presuma a democratização da educação aliada à uma democratização do trabalho, ou seja,

(...) o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas da reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65)

O direito ao acesso democrático à educação e ao desenvolvimento técnico e científico constitui-se um processo de luta dos movimentos populares e das classes sociais mais vulneráveis que, historicamente, não tiveram acesso ao ensino, especialmente o superior. Contudo, também é interesse das classes sociais abastadas e do mercado qualificar uma parte da população, criar uma reserva tecnicamente capaz de atender às determinações reprodutivas do sistema do capital. É neste sentido que devemos buscar a essência das propostas em curso, em especial atenção aos direcionamentos dados pelo Estado, que é permeado por interesses em jogo, e pelo mercado, sobre a forma como este influencia as estratégias educacionais em curso.

Sanfelice (2009, p. 10) nos chama a atenção para este fenômeno. De acordo

com o autor,

Hoje, é notório o financiamento internacional da educação e a intervenção das agências mundiais na estruturação dos sistemas de ensino, mas na lógica de mercado a educação torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la, em especial a educação ministrada nos níveis médio e superior.

É ressaltada no modelo em curso a educação enquanto mercadoria, e não sua dimensão de formação humana, na perspectiva de garantia de direitos e de mecanismo que possibilitará, associado a outras políticas públicas, caminhos a uma nova forma de viver socialmente. Conceber a educação sob este prisma a distancia da perspectiva do direito e a coloca apenas sobre uma dimensão (profissionalizante) que não deve ser dispensada, mas que também não deve ser a única.

Há, assim, um fetiche em torno da educação que tem seu valor de uso subjugado pelo valor de troca. Marx (2013, p.160) nos alerta para as naturezas distintas destes valores; resalta o autor que “como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de *diferente qualidade*; como valores de troca, elas podem ser apenas de *quantidade diferente*” (*grifos nossos*). Esse processo de fetichização e inversão dos valores oculta as relações de dominação em torno do processo de produção social da vida e concede solidez aos projetos do capital. No âmbito da educação, além de servir a uma inversão nos processos de formação humana, ainda contribui para o fortalecimento da massificação ideológica e para a manipulação da consciência coletiva.

Enquanto mercadoria, a educação é, pois, expressão de uma classe, revela a concretude do capital enquanto projeto de uma classe dominante não apenas produtiva, como também ideologicamente. No âmbito da educação, a abertura à entrada da iniciativa privada a insere em uma lógica de mercado e fortalece os discursos que atribuem à educação um papel central enquanto fator de ascensão social pelo trabalho, pela qualificação profissional e pela lógica da formação de capital humano e não por uma formação integral, omnilateral à serviço do bem comum e público.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ofensivas do capital em crise, evidenciadas pelo aumento dos níveis de vulnerabilidade e exacerbação da questão social, criam grandes desafios aos projetos que visam uma nova ordem social assentada na reapropriação do trabalho livre como ato constitutivo do homem. Diante da financeirização de todo o âmbito da reprodução humana, a educação torna-se mais um fetiche do capital e é transfigurada na forma de mercadoria, perdendo aí, sua característica enquanto direito social público. O Estado, agente ativo no favorecimento desta inversão, tem criado estratégias de fomento aos projetos hegemônicos, com os citados no início deste trabalho. Isto posto, cabe problematizar os reais objetivos do fomento à profissionalização da população e a construção de estratégias sustentáveis à conformação de um nova ordem

sociometabólica que esteja à serviço do bem comum.

Enquanto mediação, lugar de resistência e de lutas, a educação está na contradição entre a perspectiva do direito e do serviço. No âmbito da reprodução do homem, o projeto educacional posto socialmente pode se constituir em instrumento de superação da ordem posta ou de manutenção das relações existentes. Desta forma, a configuração atual das políticas públicas em torno do projeto educacional não pode perder de vista a dimensão da conjuntura política, econômica e histórica construída. Desvincular a educação destas dimensões é perder de vista seu caráter histórico e socialmente constituído. O sistema educacional, ao ser submetido à lógica do capital financeiro como foi historicamente constituído, contribui à reprodução da ordem hegemônica e perde de vista a concepção da formação integral, omnilateral, do homem.

Compreende-se, pois, que a ciência e a tecnologia, impulsionadas pelos projetos educacionais, devem estar aliadas ao bem comum e não se tornarem propriedades privadas a serviço da dominação de uma classe sobre a outra. Sem dúvida que esta democratização dos benefícios da ciência e da tecnologia deve perpassar a oferta de uma educação omnilateral do homem, educação esta que alie sua formação técnica à formação integral, humana. O ensino superior brasileiro tem efetivado sua expansão e este momento torna-se uma oportunidade de fazer uma transição para uma nova proposta educacional, social e política. Sabendo que o capital é um desafio a ser enfrentado, novas propostas devem ser elaboradas coletivamente em busca da apropriação deste direito social que é a educação.

Em síntese, podemos afirmar que o contexto do ensino superior brasileiro requer uma reconfiguração na essência dos seus princípios. O imperativo do capital e do mercado são desafios concretos à garantia do acesso democrático a este direito fundamental que é a educação. O contexto de explicitação das contradições e exacerbação das desigualdades requer que este novo projeto seja gestado o mais rápido possível. Ir de encontro aos projetos hegemônicos constitui-se em uma tarefa fundamental aos movimentos sociais que devem se apropriar dos seus direitos em busca de uma formação omnilateral, um dos pressupostos da defesa da educação enquanto caminho da resistência e do empoderamento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília, outubro de 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. Tese de Livre Docência. Unicamp: Faculdade de Educação, 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Obras Escolhidas. São Paulo: Edições Avante, 2006. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap1.htm#i1>. Acesso em 01 de abril de 2015.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASPERO, François. Marx e Engels: Textos sobre Educação e Ensino. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1992.

MÉSZÁROS, Istivan. A crise estrutural do capital. 2. ed. rev. e am. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, Istivan. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

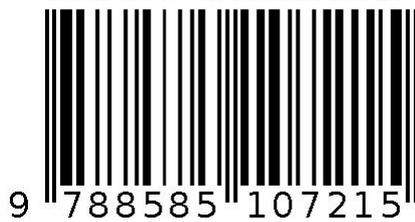
SANFELICE, José Luis. Pós-Modernidade, Globalização e Educação. IN: LOMBARDI, J. C. (Org). Globalização, Pós-Modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de Politecnia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Curitiba: *Educar*, n. 31, 2008.

SILVA, Alex Sander. Fetichismo, Alienação e Educação como Mercadoria. ***Revista Reflexão e Ação***, Santa Cruz do Sul, v.19, n1,p.123-139, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1900/1921>. Acesso em 24 de maio. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5



9 788585 107215